

Controle de fluxo de capitais divide opinião de economistas

Paulo Nogueira Batista Junior e Affonso Celso Pastore travam debate sobre o tema

RIO – A necessidade de controlar o fluxo de capitais dividiu os economistas, ontem, durante sessão do 11.º Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O debate ficou polarizado, principalmente, entre os economistas Paulo Nogueira Batista Júnior, que defendeu a necessidade de o País adotar algum tipo de controle sobre os capitais de curto prazo, e o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, para quem uma medida deste tipo tende a ser “contraproducente”.

O ex-ministro Marcílio Marques Moreira também se manifestou contrário aos controles, argumentando que o Brasil precisa “se abrir mais”. A deputada federal Yeda Crusius (PSDB-RS), presidente da Comissão de Finanças da Câmara, disse que o Congresso Nacional está preocupado em “discutir formas para disciplinar os capitais voláteis”.

Paulo Nogueira Batista Júnior defendeu o controle do fluxo de capitais argumentando que o quadro internacional é muito frágil e os fundos internacionais deslocam-se, hoje, com uma grande velocidade de um lugar do mundo para outro. As crises econômicas dos anos 90, na sua opinião, estão levando os países desenvolvidos a rever a imensa liberalização financeira das últimas décadas.

Pastore objetou que o controle de capitais deve ser visto com cuidado, porque pode dificultar investimentos externos para investimentos. Ele alertou que o exemplo da

Malásia, que fez controle sobre fluxo de capitais, não deve ser seguido, porque o país tinha superávit em conta corrente quando adotou a medida.

Nogueira Júnior replicou que não defende medidas emergenciais, como as tomadas pela Malásia. O economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) lembrou que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bancos deu novas provas de que o controle é necessário. Ele citou como exemplo as remessas de dinheiro feitas pelo Banco Marka no mesmo momento em que o proprietário da instituição, Salvatore Cacciola, pedia ajuda ao Banco Central (BC).

O vice-presidente do Morgan Stanley para a América Latina, Francisco Gros, alertou que controles de capitais que incluam taxações sobre as movimentações financeiras seriam prejudiciais. “Vai fazer apenas com que o capital vá para outro lugar”, afirmou Gros, ex-presidente do Banco Central (BC).

Ele admitiu, no entanto, controles sobre a quantidade de recursos estrangeiros a serem recebidos por um País, ou sobre o nível de risco dessas aplicações. Gros lembrou que, da década de 80 para a década de 90, a natureza dos fluxos glo-

bais mudou muito, deixando de ser recursos de alguns bancos e de governos de países desenvolvidos para se tornar dinheiro de milhares de investidores, cuja movimentação é decidida por decisões de centenas de admi-

PARA
MARCÍLIO, PAÍS
PRECISA SE
ABRIR MAIS

nistradores.

“É o mercado, e não se consegue mudar isso”, alertou Gros. O economista Jan Kreger, da Unctad, órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), também se manifestou favoravelmente ao controle da movimentação de investimentos internacionais. (D.N. e G.A.)